

## • Política

28 ABR 1987

GAZETA MERCANTIL

Abril/87

078

Botões para G.P. tanque  
todas esportivas. zincag

## CONSTITUINTE

Camilo Calazans  
defende modificações  
no sistema financeiro

Os presidentes do Banco do Brasil (BB), Camilo Calazans, da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcos Freire, e do Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC), Dejandir Del Pasquale, participaram, ontem, de audiência pública na subcomissão de tributação, orçamento e finanças, da Constituinte.

O presidente do BB, primeiro a falar na audiência pública, defendeu, em plenário, a necessidade de um reordenamento do sistema financeiro que não passe nem pela estatização das instituições nem pela privatização, afirmando que o modelo mais conveniente para o Brasil deve ser o da "convivência equilibrada num sistema de participação mista no mercado".

Calazans acha que um dos pontos importantes nesse reordenamento é a reformulação do Banco Central (BC) como instituição clássica da política monetária, deixando para o BB a função de fomento. Para ele o BC, além de sua função clássica, deveria atuar como instrumento de proteção ao depositante e usuário do crédito e de fiscalização do sistema financeiro.

O presidente do BB também defende a utilização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como banco para financiamento de projetos a longo prazo tanto no setor público quan-

to no privado, atendendo apenas os grandes produtores ou aos produtores em área de ponta, deixando o atendimento às médias e microempresas para o BB que tem maior facilidade na pulverização dos créditos. Além disso, Calazans é de opinião de que deve ser da competência do Congresso Nacional legislar sobre matéria financeira.

**SISTEMA FINANCEIRO**  
Na maioria dos países, o sistema financeiro não faz parte de capítulo da Constituição, como será feito agora no Brasil, e por isso é importante que os constituintes tomem precauções para que a regulamentação da matéria não se estenda além do necessário e que deve ser objeto de lei federal ordinária.

Essa é a opinião do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcos Freire.

Ele acredita que a nova Constituição deve definir a canalização dos recursos da poupança nacional e o percentual de sua aplicação no setor social, além do papel e das funções da participação do Estado no sistema financeiro.

**COOPERATIVISMO**  
Na opinião de Del Pasquale "um dos marcos do desenvolvimento nacional é o cooperativismo que, como tal, deve ser tratado no texto constitucional".

Del Pasquale defendeu o fortalecimento e o surgimento de novas instituições de crédito cooperativo, afirmando que, é fundamental para o produtor cooperativado aplicar seus recursos em seu próprio setor, o que colaboraria para a redução dos 'spreads' e a conseqüente baixa das taxas de juro".

O presidente do BNCC lembrou que, atualmente, os agricultores, por exemplo, são obrigados a aplicar seus recursos em bancos comerciais, que reaplicam essa poupança em outras áreas de atividade, deixando o incentivo ao setor agrícola como alvo da política governamental.

Para Pasquale, o BNCC deve ser transformado no aglutinador dessas instituições de crédito, assegurando a liquidez das poupanças que podem, através do banco, ser repassadas a setores diversos de acordo com as altas e baixas em cada área de atividade. Segundo ele, o BNCC agora já está recuperado e saneado e começa a resgatar sua credibilidade junto às cooperativas.

## ENTIDADES MUNICIPALISTAS

## "Queremos não só repasses de recursos, mas de competência"

O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, assinou ontem uma carta de princípios que resume as reivindicações das entidades municipalistas a nível nacional. A carta será encaminhada ao presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, e à subcomissão de municípios da Constituinte.

"Queremos não só o repasse de recursos, mas de competência", assinalou o secretário de Trabalho do Estado de São Paulo, Lincoln Magalhães, que participou na elaboração da carta.

O documento, segundo o secretário, propõe uma autonomia tributária para os municípios na nova Constituição. Esse fato não impede, no entanto, que na reunião da Frente Municipalista Nacional, que será realizada em Brasília na

próxima quarta-feira, os prefeitos defendam uma reforma tributária de emergência, explicou Magalhães, que faz parte da Frente, presidida por Orestes Quêrcia.

A carta propõe que os municípios tenham asseguradas receitas próprias e transferidas, totalizando, no mínimo, 33% da arrecadação tributária nacional. Eles terão também autonomia para aplicar esses recursos de acordo com suas prioridades, podendo inclusive instituir contribuição para garantir a execução de programas próprios.

As entidades municipalistas pedem também que a formalização da política das regiões metropolitanas seja feita com a participação efetiva dos municípios integrantes. "Sem autonomia política não podemos realizar obras para a co-

munidade", comenta o secretário do Trabalho, prefeito licenciado de Rio Claro, no interior de São Paulo.

Ele lembra o caso de um prefeito que elaborou toda sua campanha eleitoral com base num programa de desfavelamento, aprovado pelo BNH, mas que acabou sendo vetado pelo Ministério da Fazenda. "Como se explica isso para o eleitor?", ressaltou o secretário.

O documento também sugere que os municípios fiquem incluídos expressamente como parte integrante da Federação. Para isso, o município será criado na forma da lei complementar federal por lei complementar estadual. O município deverá auto-organizar-se pela promulgação de Lei Orgânica própria promulgada através

de sua Câmara Municipal. Essa poderá variar conforme as peculiaridades locais.

Outro item da carta, que procura resguardar a autonomia municipal, é o que propõe que o uso e ocupação do solo urbano seja vinculado diretamente ao município.

Participaram na elaboração da carta representantes da Frente Municipalista Nacional, da Associação Brasileira de Municípios, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Instituto Brasileiro de Direito Municipal, Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), Associação Paulista de Municípios, União de Prefeitos da Bahia, Associação Matogrossense de Municípios e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.